

Eleições Funcef 2018



QUEM SOMOS

A Chapa do Participante é composta por representantes de diversos segmentos de trabalhadores da Caixa, que reúne as forças capazes de restituir o poder de voz e voto de todos os participantes dentro da Funcef.

Para nós, o lugar de representação do participante é indissociável da defesa de uma Caixa 100% pública e de conquistas hoje ameaçadas. Esses são direitos inegociáveis. Só assim será possível tornar a gestão da Funcef verdadeiramente sustentável para todos os participantes.

A Chapa do Participante trabalhará a pela manutenção e ampliação de direitos de todos os beneficiários, como historicamente tem feito.

Nestes 40 anos da Fundação, as conquistas para os participantes foram alcançadas com muita luta dos movimentos associativos e sindicais.

A Chapa do Participante é apoiada por um Movimento plural de pessoas e entidades dedicadas à luta pelo interesse dos trabalhadores.

VOTE DE 2 A 4 DE ABRIL



chapadoparticipante.com.br

NOSSOS CANDIDATOS

DIRETORIA EXECUTIVA



FABIANA MATHEUS/SP

Na Caixa desde 1989, Fabiana foi conselheira eleita na Funcef por dois mandatos: 2006/2008 e 2008/2012. Foi também diretora de Administração e Finanças da Fenae de 2011/2017 e atualmente é diretora de Saúde e Previdência da Fenae. Tem graduação em Ciências Contábeis, pós-graduação em Gestão de Pessoas e mestrado em Economia Aplicada a Gestão Previdenciária.

EMANOEL SOUZA DE JESUS/BA

Economista e jornalista, foi um dos principais líderes da CTB. Emanuel entrou na Caixa em 1982 e participa do Movimento desde a luta dos Auxiliares de Escritório e pelas 6 horas. Atuou na AEB, Fenae, Sindicato dos Bancários da Bahia e Executiva Nacional. Presidiu o Conselho Fiscal da Funcef de 2006 a 2010 e a Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe de 2009 a 2017.



ÁLVARO AUGUSTO HALL/DF

Assumiu na Caixa em 1983. Em 1985 foi um dos delegados eleitos no encontro estadual de Santa Catarina para o I Conecef. Junto com outros delegados eleitos, fez peregrinação no Congresso Nacional para reconhecimento do economiário como bancário e direito das 6 horas. As lutas seguiram na defesa de uma caixa 100% pública e social, pela realização de concursos para aumentar o quadro funcional, democratização da Caixa e Funcef. Formado em engenharia mecânica pela UFSC e pós-graduado em Gestão Social e Terceiro Setor.

CONSELHO DELIBERATIVO



SELIM ANTÔNIO DE SALLES OLIVEIRA/MG
(TITULAR)

Na Caixa desde 1989, Selim foi para Minas Gerais em 1994 onde exerceu as funções de gerente de 2000 até 2008 e gerente geral de 2008 a 2013 nas cidades de Ipatinga, Coronel Fabriciano, Timóteo e Inhapim. Formado em Direito e Administração de Empresas, com MBA em Gestão Empresarial pela FGV. Hoje é diretor jurídico do Sindicato dos Bancários de Ipatinga e Região.



ALANA CRISTINA GOMES DA SILVA/SC
(SUPLENTE)

Com 10 anos de Caixa, Alana é diretora da Associação Social Caixa e assistente de Projetos Sociais na GIHAB de Florianópolis há seis anos. Trabalhou em agências em Brasília, Rio de Janeiro e Florianópolis. É formada em Ciências Sociais, com especialização em Sociologia Urbana e Mestrado em Sociologia e Antropologia.



VALTER SAN MARTIN RIBEIRO/SP
(TITULAR)

Aposentado desde 2015, depois de 34 anos de trabalho na Caixa, Valter trabalhou na tesouraria da Ag Carlos Sampaio/SP de 2000 a 2015. Foi instrutor de Integração à Caixa, de Tesoureiros e de Gestão. Formado em Gestão de Recursos Humanos, na Unifai/SP, em 2008. Trabalhou nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.



CELESTE CÁSSIA DA FONSECA/DF
(SUPLENTE)

Formada em Ciências Contábeis, Celeste entrou na Caixa em 1975 e se aposentou em 2017. Trabalhou na área de Segurança Bancária como perito documentoscópico em 1990. De 2000 a 2007 atuou na Superintendência de Risco de Crédito (Suric). Em 2007 assumiu a APCEF/DF, no Conselho Fiscal, Diretoria Financeira e, por último, a vice-presidência, onde está atualmente.

CONSELHO FISCAL



CARLOS AUGUSTO SILVA/SP (PIPOCA) (TITULAR)

Entrou na Caixa em 1998 e atuou nas áreas de TI e habitação da empresa. É diretor no Sindicato dos Bancários de Campinas e Região e diretor para Assuntos do Interior da APCEF/SP e membro da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa Econômica Federal (CEE/Caixa), que assessora a CONTRAF/CUT nas negociações com a empresa. Formado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

TÚLIO ROBERTO NOGUEIRA MENEZES/CE (SUPLENTE)

Empregado da Caixa desde 2008, Túlio assumiu a função de caixa em dezembro de 2009 e permaneceu até a liberação para o trabalho sindical, em 2014. Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará em 2007.



NOSSAS PROPOSTAS

1. COBRAR CONTENCIOSO JUDICIAL

- Apresentar voto para cobrança do Contencioso da patrocinadora, de valores provisionados e executados - por meio negociado ou por ações de regresso - já que o Contencioso é hoje a maior causa isolada do deficit dos planos de benefícios da Funcef • Denunciar o risco de sobrevivência dos planos aos órgãos reguladores e instâncias competentes, se não solucionado o Contencioso

2. RESTABELECE PARIDADE EM TODOS OS PLANOS

- Restabelecer a paridade, entre patrocinadora e participante, no equacionamento do REG/REPLAN não saldado • Apresentar voto para ingresso de ação com o objetivo de anular as consequências do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado por todos os atuais diretores da Funcef, eleitos e indicados • Defender, de forma inegociável, o direito à paridade em todos níveis e em todos os planos da Funcef

3. REVER A REDUÇÃO DA META ATUARIAL

- Rever, no mais curto prazo possível, a redução da meta para que contemple as diferentes características de cada plano

4. INCORPORAR O REB AO NOVO PLANO

- Adotar todas as medidas necessárias para incorporar, imediatamente, o REB ao Novo Plano, aplicando solução apresentada pela Funcef em mesa de negociação (31/10/14) • A incorporação do REB ao Novo Plano foi inteiramente abandonada nos últimos 4 anos

5. REESTRUTURAR O CREDPLAN

- Estabelecer nova política de renegociação de dívidas • Ampliar possibilidade de opção de amortização (Price ou SAC) • Aumentar prazo e limite de empréstimo • Reduzir taxas de juros e administração • Diversificar modalidades de pagamento, fixa e variável • Instituir programa de educação financeira

6. REVER METODOLOGIAS DE EQUACIONAMENTO

- Restabelecer o princípio dos planos de previdência: paridade, entre patrocinadora e participante, nas contribuições normais e extraordinárias • Lutar para alterar a metodologia de equacionamento, atuando junto aos órgãos competentes, considerando o prazo máximo de vida do plano, para reduzir o custo mensal do participante • Rever os planos de equacionamento vigentes a fim de adequá-los aos interesses dos participantes: - Garantir revisão, a cada ano, à medida que superávits forem alcançados - Ampliar prazo para o equacionamento ao limite da expectativa de existência do benefício - Analisar a linha de crédito especial, com juros referenciados na taxa mínima atuarial, ante a impossibilidade da contribuições extraordinária

7. EQUILÍBRAR OS PLANOS

- Propor política de investimento diversificada, aderente à realidade e que possibilite a sustentabilidade dos planos • Apresentar voto para cobrança do Contencioso da patrocinadora, dos valores provisionados e executados, por meio negociado ou por ações de regresso

8. DEFENDER MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE DIREITOS DOS PARTICIPANTES

- Manter Fundo de Revisão de Benefícios (FRB) • Manter Percentual de Contribuição da Caixa nos Planos • Manter Fundo de Acumulação de Benefícios (FAB) • Incluir o Complemento Temporário Variável de Ajuste (CTVA) na base de contribuição para os planos Não Saldado e REB • Lutar para recompor as reservas do plano Saldado, de forma a contemplar o CTVA • Equiparar o salário das mulheres pré-79 que se aposentaram proporcionalmente

9. ESTABELECE MECANISMOS DE INCLUSÃO DO PARTICIPANTE EM PROCESSOS DECISÓRIOS

- Política de Investimento • Realizar plebiscito com os participantes sempre que houver alterações nos Planos de Benefícios • Impasses nas instâncias decisórias (Diretoria, Conselhos Deliberativo e Fiscal)

10. RESGATAR O PAPEL DOS COMITÊS DE ACESSORAMENTO TÉCNICO

- Reestruturar, rever e ampliar formas de atuação • Propostas para Comitê de Investimento: - Garantir capacidade de análise regular e emissão de pareceres acerca das propostas de investimento da Funcef - Garantir independência em relação à Diretoria

11. INSTITUIR SELEÇÃO PARA CONSELHEIROS EM EMPRESAS

- Apresentar voto para a realização de processo de seleção, aberta aos participantes, para preenchimento de vagas em conselhos de todas as empresas nas quais a Funcef possui participação

12. CRIAR O COMITÊ PERMANENTE "CAIXA PÚBLICA, FUNCEF FORTE"

- Garantir representação de participantes de todos os planos da Funcef • Atuar em oposição a qualquer ação que enfraqueça a Funcef e abra caminho para a privatização da Caixa • Organizar campanhas e ações conjuntas com outras entidades e fundos de pensão • Atuar junto ao Congresso Nacional para: - Barrar o avanço do PLP 268/16, que altera a governança da entidade, reduzindo a participação dos associados nos Conselhos e que impede processo de eleição para Diretoria Executiva - Alterar a Lei Complementar 108 que estabelece o Voto de Minerva (desempate) nos Conselhos Deliberativo e Fiscal • Defender a Caixa 100% Pública • Defender recomposição do Saúde Caixa • Defender todos os direitos dos trabalhadores da Caixa

13. ESTABELECE NOVAS POLÍTICAS DE GOVERNANÇA

• TRANSPARÊNCIA

- Dar conhecimento de todas as votações aos participantes • Melhorar a eficácia da comunicação e relacionamento da Funcef com os participantes • Participar e prestar contas nos fóruns do movimento de trabalhadores da Caixa

• COMITÊ DE INVESTIMENTO

- Criar Comitê de Investimento, independente da Diretoria Executiva, que apresentará seus pareceres ao Conselho Deliberativo • Selecionar membros do Comitê entre participantes da Funcef para sua composição, ocupando para tanto, cargo de analista a ser criado

• CONDIÇÕES DE TRABALHO

• Garantir condições de trabalho dignas para todos os funcionários da Funcef • Valorizar o corpo técnico, um dos melhores do país, para que tenha liberdade de atuação e segurança no trabalho • Combater todo tipo de assédio moral

• OUVIDORIA

• Vincular Ouvidoria exclusivamente ao Conselho Deliberativo • Encaminhar todas as questões relativas à ética, assédio de qualquer natureza, que envolvam qualquer cargo de confiança e da Diretoria Executiva ou Conselhos, à Ouvidoria para apreciação e elaboração de relatório escrito. Todos os relatórios devem ser encaminhados para todos os conselheiros deliberativos e não somente para presidência

• AUDITORIA INTERNA

• Garantir ampla liberdade de trabalho para a Auditoria Interna, preconizada pelas melhores práticas de governança corporativa, bem como apresentação de relatórios à Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal

PROPOSTAS POR PLANO

14. REG/REPLAN NÃO SALDADO

• Restabelecer a paridade, entre patrocinadora e participante, no equacionamento do REG/REPLAN não saldado • Elaborar voto propondo ingresso de ação para anular as consequências do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado por todos os atuais diretores da Funcef, eleitos e indicados • Apresentar voto para cobrança do Contencioso da patrocinadora, de valores provisionados e executados - por meio negociado ou por ações de regresso - já que o Contencioso é hoje a maior causa isolada do deficit dos planos de benefícios da Funcef • Apresentar voto para constituir Comissão de Avaliação, formada por técnicos e participantes do plano para analisar sua sustentabilidade quanto: - Impacto do contencioso no plano - Quebra da paridade - Política de Investimento

15. SALDADO

• Manter Fundo de Acumulação de Benefícios (FAB) • Manter Fundo de Revisão de Benefício (FRB) • Apresentar voto para cobrança do Contencioso da patrocinadora, de valores provisionados e executados - por meio negociado ou por ações de regresso - já que o Contencioso é hoje a maior causa isolada do deficit dos planos de benefícios da Funcef • Apresentar voto nas instâncias da Funcef para constituir Comissão de Avaliação, formada por técnicos e participantes do plano para analisar sua sustentabilidade quanto: - Impacto do contencioso no plano - Política de Investimento

16. REB

• Adotar todas as medidas para incorporar imediatamente o REB ao Novo Plano, aplicando solução apresentada pela Funcef em mesa de negociação (31/10/14). A incorporação do REB ao Novo Plano foi inteiramente abandonada nos últimos 4 anos • Apresentar voto para cobrança do Contencioso da patrocinadora, de valores provisionados e executados - por meio negociado ou por ações de regresso - já que o Contencioso é hoje a maior causa isolada do deficit dos planos de benefícios da Funcef • Apresentar voto nas instâncias da Funcef para constituir Comissão de Avaliação, formada por técnicos e participantes do plano para analisar sua sustentabilidade quanto: - Impacto do contencioso no plano - Política de Investimento

17. NOVO PLANO

• Apresentar voto nas instâncias da Funcef para constituir Comissão de Avaliação, formada por técnicos e participantes do plano para analisar sua sustentabilidade quanto: - Perfil de investimento - Política de Investimento - Disponibilizar aos participantes do Novo Plano a opção de escolher perfil e gestor para os investimentos na fase de capitalização do plano - Oferecer plataforma de planejamento previdenciário

PARA VOTAR É PRECISO SE CADASTRAR!

Participantes, ativos e aposentados, devem, obrigatoriamente, cadastrar um e-mail ou atualizar seu cadastro na Funcef.

